

**ANEXO II**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
(LRF, art. 4º, § 1º)

**METAS ANUAIS**

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	31.486.543.409	29.737.951.841	0,487	32.165.003.629	28.825.063.162	0,498	32.951.136.082	28.099.310.512	0,510
Receitas Primárias (I)	28.285.973.234	26.715.123.946	0,438	29.646.809.395	26.568.352.462	0,459	31.614.042.065	26.959.094.288	0,489
Despesa Total	31.486.543.409	29.737.951.841	0,487	32.165.003.629	28.825.063.162	0,498	32.951.136.082	28.099.310.512	0,510
Despesas Primárias (II)	30.651.501.421	28.949.283.549	0,474	31.265.804.237	28.019.234.579	0,484	32.026.065.378	27.310.450.034	0,496
Resultado Primário (III) = (I - II)	-2.365.528.187	-2.234.159.603	(0,037)	-1.618.994.842	-1.450.882.118	(0,025)	-412.023.313	-351.355.746	(0,006)
Resultado Nominal	1.031.267.507	973.996.512	0,016	-209.866.981	-188.074.873	(0,003)	-486.651.831	-414.995.734	(0,008)
Dívida Pública Consolidada	9.173.890.880	8.664.422.818	0,142	9.079.182.372	8.136.420.824	0,141	8.713.539.065	7.430.531.052	0,135
Dívida Consolidada Líquida	6.906.991.815	6.523.415.012	0,107	6.697.124.834	6.001.710.697	0,104	6.210.473.003	5.296.024.055	0,096
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	214.364.073	202.459.457	0,003	214.364.073	192.104.998	0,003	214.364.073	182.800.455	0,003
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	-214.364.073	-202.459.457	(0,003)	-214.364.073	-192.104.998	(0,003)	-214.364.073	-182.800.455	(0,003)

cenário macroeconômico considerado:

VARIÁVEIS	2017	2018	2019
PIB real (crescimento % anual)	0,26	1,51	1,96
IPCA (% anual)	5,88	5,39	5,09
Projeção do PIB da União	6.461.906.172.526	6.913.036.979.245	7.407.302.808.494

**ANEXO II - METODOLOGIA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017 (Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

**METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS E PROJEÇÕES FISCAIS (Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)**

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017		2018		2019	
	PIB (P1)	1,0026	PIB (P2)	1,0151	PIB (P3)	1,0196
	IPCA (I1)	1,0588	IPCA (I2)	1,0539	IPCA (I3)	1,0509
	PROJEÇÃO		PROJEÇÃO		PROJEÇÃO	
	corrente (A)	constante (B) = A/I1	corrente (C) = A*P2/I2	constante (D) = C/I1/I2	corrente (E) = C*P2/I2	constante (F) = E/I1/I2/I3
<b>I - RECEITAS FISCAIS</b>						
<b>I.1 - Receitas Correntes + Capital (C)</b>	<b>31.486.543.409</b>	<b>29.737.951.841</b>	<b>32.165.003.629</b>	<b>28.825.063.162</b>	<b>32.951.136.082</b>	<b>28.099.310.512</b>
I.1.1 - Receitas de Origem Tributária	15.799.381.275	14.921.969.470	16.841.802.763	15.092.988.454	17.946.413.077	15.303.928.592
I.1.1.1 - Receita Tributária <sup>(1)</sup>	15.332.495.984	14.481.012.452	16.324.847.189	14.629.712.365	17.388.101.526	14.827.824.533
I.1.1.2 - Outras Receitas de Origem Tributária <sup>(1)</sup>	466.885.291	440.957.018	516.955.574	463.276.088	558.311.551	476.104.059
I.1.2 - Transferências da União <sup>(2)</sup>	6.708.255.780	6.335.715.697	6.763.181.751	6.060.908.415	7.193.868.808	6.134.621.669
I.1.3 - Demais Receitas <sup>(3)</sup>	8.978.906.355	8.480.266.674	8.560.019.116	7.671.166.294	7.810.854.197	6.660.760.251
<b>I.2 - Deduções (Receitas Financeiras)</b>	<b>3.200.570.175</b>	<b>3.022.827.895</b>	<b>2.518.194.235</b>	<b>2.256.710.700</b>	<b>1.337.094.017</b>	<b>1.140.216.224</b>
I.2.1 - Aplicações Financeiras <sup>(4)</sup>	832.908.615	786.653.395	891.057.205	798.531.861	954.765.692	814.183.086
I.2.2 - Operações de Crédito <sup>(5)</sup>	1.998.464.812	1.887.480.933	1.393.475.817	1.248.780.473	218.382.849	186.227.494
I.2.3 - Alienação de Bens	305.887.772	288.900.427	165.932.390	148.702.350	91.374.202	77.919.986
I.2.4 - Amortizações	63.308.977	59.793.140	67.728.823	60.696.016	72.571.274	61.885.658
<b>Total das Receitas Fiscais (I.1 - I.2) (A)</b>	<b>28.285.973.234</b>	<b>26.715.123.946</b>	<b>29.646.809.395</b>	<b>26.568.352.462</b>	<b>31.614.042.065</b>	<b>26.959.094.288</b>
<b>II - DESPESAS FISCAIS</b>						
<b>II.1 - Despesas Correntes + Capital (D)</b>	<b>31.486.543.409</b>	<b>29.737.951.841</b>	<b>32.165.003.629</b>	<b>28.825.063.162</b>	<b>32.951.136.082</b>	<b>28.099.310.512</b>
II.1.1 - Pessoal e encargos <sup>(6)</sup>	21.000.656.018	19.834.393.670	21.690.987.127	19.438.644.596	22.329.797.722	19.041.890.340
II.1.2 - Demais Despesas <sup>(3)</sup>	10.485.887.391	9.903.558.171	10.474.016.502	9.386.418.566	10.621.338.361	9.057.420.172
<b>II.2 - Deduções (Despesas Financeiras)</b>	<b>835.041.988</b>	<b>788.668.292</b>	<b>899.199.392</b>	<b>805.828.582</b>	<b>925.070.704</b>	<b>788.860.478</b>
II.2.1 - Juros e Encargos da Dívida <sup>(5)</sup>	271.848.190	256.751.218	307.806.305	275.844.402	308.185.797	262.807.582
II.2.2 - Amortização da Dívida <sup>(5)</sup>	303.843.463	286.969.648	329.423.052	295.216.515	352.268.710	300.399.593
II.2.3 - Concessão de Empréstimos	259.350.335	244.947.426	261.970.035	234.767.666	264.616.197	225.653.303
II.2.4 - Aquis.de Título de Capital já Integr.	-	-	-	-	-	-
<b>Total das Despesas Fiscais (II.1 - II.2) (B)</b>	<b>30.651.501.421</b>	<b>28.949.283.549</b>	<b>31.265.804.237</b>	<b>28.019.234.579</b>	<b>32.026.065.378</b>	<b>27.310.450.034</b>
<b>III - RESULTADO PRIMÁRIO (A- B)</b>	<b>-2.365.528.187</b>	<b>-2.234.159.603</b>	<b>-1.618.994.842</b>	<b>-1.450.882.118</b>	<b>-412.023.313</b>	<b>-351.355.746</b>
<b>IV - RESULTADO NOMINAL</b>	<b>1.031.267.507</b>	<b>973.996.512</b>	<b>-209.866.981</b>	<b>-188.074.873</b>	<b>-486.651.831</b>	<b>-414.995.734</b>
<b>V - DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA <sup>(5)</sup></b>	<b>9.173.890.880</b>	<b>8.664.422.818</b>	<b>9.079.182.372</b>	<b>8.136.420.824</b>	<b>8.713.539.065</b>	<b>7.430.531.052</b>
<b>VI - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA <sup>(5)</sup></b>	<b>6.906.991.815</b>	<b>6.523.415.012</b>	<b>6.697.124.834</b>	<b>6.001.710.697</b>	<b>6.210.473.003</b>	<b>5.296.024.055</b>

**NOTAS:**

- (1) As estimativas das Receitas de Origem Tributária, constituídas de impostos, taxas, dívida ativa dos tributos, multas e juros de mora dos tributos e da dívida ativa, para o período de **2017 à 2019**, em valores correntes e constantes, utilizando o ano base **2016**, foram informadas pela Secretaria de Estado de Fazenda.
- (2) Após a instituição do Fundo Constitucional pela Lei 10.633/2002, os recursos destinados a atender as áreas de segurança são gerenciados diretamente pela Esfera Federal, motivo pelo qual não constam do sistema contábil do Distrito Federal. Contudo, a partir de 2015, os recursos destinados a área de saúde e educação voltaram a ser contabilizado no Orçamento do Distrito Federal.
- (3) Os ajustes necessários para atingir o equilíbrio orçamentário, onde receita deve ser igual a despesa, foram alocados nas demais despesas (item II.1.2).
- (4) Foi considerado como aplicações financeiras o total das contas: 1325.00.00 - remuneração de depósitos bancários das receitas patrimoniais e 1328.00.00 - remuneração dos investimentos do regime próprio de previdências dos servidores públicos do Distrito Federal.
- (5) Os valores das Operações de Crédito, de Juros e Encargos da Dívida, da Amortização da Dívida, da Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, para o período de **2017 a 2019**, foram informados pela Subsecretaria do Tesouro/SEF.
- (6) As despesas com Pessoal e Encargos do Poder Executivo, referentes a **2017**, foram obtidas a partir de nova estimativa, tendo por base o valor realizado no mês de **Março/2016**, somadas ao crescimento vegetativo de 3,6% e, também, das despesas autorizadas a sofrerem acréscimos, tais como criação de cargo, reajustes e nomeações decorrentes de concurso público, constantes do Anexo IV desta Lei, além de Despesas de Exercícios Anteriores, Pessoal Requisitado, Sentenças Judiciais e Indenizações Trabalhistas. Para **2018 e 2019**, foram acrescidos os reajustes autorizados e o crescimento vegetativo. As despesas do Poder Legislativo foram elaboradas conforme informações fornecidas pela CLDF e TCDF, acrescidas das projeções para sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores e pessoal requisitado, cuja projeção é elaborada pela SEPLAG. As despesas da Defensoria Pública compõem o montante do Poder Executivo e será programada na Lei Orçamentária conforme as disposições desta Lei.

**Observações:**

- 1) Para o cálculo do resultado nominal adotou-se o critério "abaixo da linha", que representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida ao final de cada exercício em relação ao apurado no mesmo período do exercício imediatamente anterior.
- 2) Preços Constantes: a conversão de valores correntes para constantes foi realizada com o uso do IPCA, trazendo os valores das metas anuais a preços praticados de acordo com as previsões da **LDO/2016**.
- 3) As expectativas de mercado para a taxa de inflação (IPCA) e PIB, foram obtidos no site do **Banco Central do Brasil, na data de referência (08/04/2016)**.
- 4) O cálculo das Metas Anuais foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional sendo indicativo para a manutenção do equilíbrio fiscal do período.